



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO CEARÁ
GABINETE DO CORREGEDOR

Referência: 8500711-27.2016.8.06.0026

Assunto: Providências/Informações

Interessada: Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará

DESPACHO/OFÍCIO CIRCULAR Nº 046/2016/CGJCE

Em exame, Provimento nº 52/2016/CNJ, que trata sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida.

Encaminhados os autos à consideração da Auditoria desta CGJ, o órgão técnico manifestou-se pela “expedição de Ofício Circular para todos os delegatários dos cartórios de registro de pessoas naturais do Estado do Ceará, para conhecimento, haja vista que os procedimentos serão objeto de averiguação nas inspeções a serem realizadas por este órgão técnico.” (cf. fl. 12)

Isto posto, acolho a sugestão indicada pela Auditoria desta CGJ, e determino a expedição de ofício circular às serventias que possuam atribuição para lavrar assento de nascimento, para fins de ciência das orientações vertidas no Provimento nº 52/2016/CNJ.

Cumprida a diligência supra, arquive-se.

À Diretoria geral para providências.

Fortaleza, 12 de abril de 2016.

Desembargador FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA
Corregedor Geral da Justiça



Estado do Ceará
Poder Judiciário
Despacho

Processo 8500711-27.2016.8.06.0026 Vol.: 1

Origem

Órgão: TJ/CE - Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Unidade: CGJUAUDITCGJ - Auditoria

Responsável: SOSTENES FRANCISCO DE FARIAS

Data encam.: 11/04/2016 às 16:15

Destino

Órgão: TJ/CE - Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Unidade: CGJUASJURCGJ - Assessoria Jurídica da Corregedoria

Responsável: CARMEM GEÓRGIA REBOUÇAS DE OLIVEIRA JORGE

Encaminhamento

Motivo: Para conhecimento

Encaminhamento: Vieram os autos para ciência das diretrizes sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida. Nesse sentido, esta Auditoria sugere a expedição de Ofício Circular para todos os delegatários dos cartórios de registro de pessoas naturais do Estado do Ceará, para conhecimento, haja vista que os procedimentos serão objeto de averiguação nas inspeções a serem realizadas por este órgão técnico.

Att.

Sostenes Farias
Auditor da CGJ

PROVIMENTO N° 52, DE 14 DE MARÇO DE 2016.

Dispõe sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida.

A CORREGEDORA NACIONAL DE JUSTIÇA, MINISTRA NANCY ANDRIGHI, no uso de suas atribuições legais e constitucionais,

CONSIDERANDO o previsto no art. 227, § 6º, da Constituição Federal, e no art. 1.609 do Código Civil;

CONSIDERANDO as disposições do Provimento nº 13/2010 da Corregedoria Nacional de Justiça, bem como da Resolução nº 175/2013 deste Conselho;

CONSIDERANDO o acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, em 05/05/2011, no julgamento conjunto da ADPF nº 132/RJ e da ADI nº 4277/DF, em que foi reconhecida a união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como família, com eficácia erga omnes e efeito vinculante para toda a Administração Pública e os demais órgãos do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO o acórdão proferido pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, em 25/10/2011, no julgamento do REsp 1.183.378/RS, que garantiu às pessoas do mesmo sexo o direito ao casamento civil;

CONSIDERANDO a Resolução nº 2.121/2015, do Conselho Federal de Medicina, que estabelece as normas éticas para o uso de técnicas de reprodução assistida, tornando-a o dispositivo deontológico a ser seguido por todos os médicos brasileiros;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformização em todo território nacional do registro de nascimento e da emissão da respectiva certidão para os filhos havidos por técnica de reprodução assistida, de casais heteroafetivos e homoafetivos.

RESOLVE:

Art. 1º. O assento de nascimento dos filhos havidos por técnicas de reprodução assistida, será inscrito no livro "A", independentemente de prévia autorização judicial e observada a legislação em vigor, no que for pertinente, mediante o comparecimento de ambos os pais, seja casal heteroafetivo ou homoafetivo, munidos da documentação exigida por este provimento.

§ 1º. Se os pais forem casados ou conviverem em união estável, poderá somente um deles comparecer no ato de registro, desde que apresentado o termo referido no art. 2º, § 1º, inciso III deste Provimento.

§ 2º. Nas hipóteses de filhos de casais homoafetivos, o assento de nascimento deverá ser adequado para que constem os nomes dos ascendentes, sem haver qualquer distinção quanto à ascendência paterna ou materna.

Art. 2º. É indispensável, para fins de registro e da emissão da certidão de nascimento, a apresentação dos seguintes documentos:

I - declaração de nascido vivo - DNV;

II - declaração, com firma reconhecida, do diretor técnico da clínica, centro ou serviço de reprodução humana em que foi realizada a reprodução assistida, indicando a técnica adotada, o nome do doador ou da doadora, com registro de seus dados clínicos de caráter geral e características fenotípicas, assim como o nome dos seus beneficiários;

III - certidão de casamento, certidão de conversão de união estável em casamento, escritura pública de união estável ou sentença em que foi reconhecida a união estável docasal.

§ 1º. Nas hipóteses de doação voluntária de gametas ou de gestação por substituição, deverão ser também apresentados:

I - termo de consentimento prévio, por instrumento público, do doador ou doadora, autorizando, expressamente, que o registro de nascimento da criança a ser concebida se dê em nome de outrem;

II - termo de aprovação prévia, por instrumento público, do cônjuge ou de quem convive em união estável com o doador ou doadora, autorizando, expressamente, a realização do procedimento de reprodução assistida.

III - termo de consentimento, por instrumento público, do cônjuge ou do companheiro da beneficiária ou receptora da reprodução assistida, autorizando expressamente a realização do procedimento.

§ 2º. Na hipótese de gestação por substituição, não constará do registro o nome da parturiente, informado na declaração de nascido vivo - DNV.

§ 3º. Nas hipóteses de reprodução assistida *post-mortem*, além dos documentos elencados acima, conforme o caso, deverá ser apresentado termo de autorização prévia específica do falecido ou falecida para o uso do material biológico preservado, lavrado por instrumento público.

§ 4º. O conhecimento da ascendência biológica não importará no reconhecimento de vínculo de parentesco e dos respectivos efeitos jurídicos entre o doador ou a doadora e o ser gerado por meio da reprodução assistida.

Art. 3º. É vedada aos Oficiais Registradores a recusa ao registro de nascimento e emissão da respectiva certidão para os filhos havidos por técnicas de reprodução assistida, nos termos deste Provimento.

§ 1º. A recusa prevista no *caput* deverá ser comunicada ao respectivo juiz corregedor para as providências disciplinares cabíveis.

§ 2º. Todos os documentos referidos no art. 2º deste Provimento deverão permanecer arquivados em livro próprio do Cartório de Registro Civil.

Art. 4º. Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de março de 2016.

Ministra NANCY ANDRIGHI
Corregedora Nacional de Justiça